



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



Maternidade de mulheres policiais: uma análise à luz da psicologia cultural semiótica

Motherhood of women police officers: an analysis from the perspective of semiotic cultural psychology

Maternidad de mujeres policías: un análisis desde la psicología cultural semiótica

Rebeca Lopes da Silva Brito¹

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise teórico-interpretativa da literatura sobre maternidade e trabalho policial, com base em 18 estudos empíricos publicados entre 2010 e 2025. Ancorado na Psicologia Cultural Semiótica, examina como a maternidade é significada em contextos policiais marcados por risco e forte normatividade institucional. Os resultados indicam que a maternidade constitui uma transição desenvolvimental mediada por signos de gênero e pelo modelo institucional de trabalhador ideal, associado à masculinidade e à disponibilidade irrestrita. Tais sistemas produzem tensões profissionais, impactos à saúde e reorganizações parentais, além de revelar a escassez de pesquisas brasileiras sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Mulheres Policiais. Trabalho Policial. Psicologia Cultural.

ABSTRACT

This article presents a theoretical-interpretative analysis of the literature on motherhood and police work, based on 18 empirical studies published between 2010 and 2025. Grounded in Semiotic Cultural Psychology, it examines how motherhood is constructed in policing contexts marked by risk and strong institutional normativity. The findings indicate that motherhood constitutes a developmental transition mediated by gendered signs and by an institutional model of the ideal worker associated with masculinity and unrestricted availability. These symbolic systems generate professional tensions, health impacts, and reorganizations of parenting practices, while also revealing the scarcity of Brazilian research on the topic.

KEYWORDS: Motherhood. Women Police Officers. Police Work. Cultural Psychology.

¹ Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda (cotutela) em Psicologia pela Universidade do Minho (Uminho) de Portugal. E-mail: rebeca.brito@iscp.edu.br

² Doutora em Educação e pós-doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade pela Clark University, Worcester (MA), E.U.A. e em Psicologia, pela Universidade Autônoma de Madri. Professora Titular (aposentada) e pesquisadora sênior da Universidade de Brasília. E-mail: mcsloliveira@gmail.com

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis teórico-interpretativo de la literatura sobre maternidad y trabajo policial, basado en 18 estudios empíricos publicados entre 2010 y 2025. Anclado en la Psicología Cultural Semiótica, examina cómo la maternidad es significada en contextos policiales marcados por el riesgo y una fuerte normatividad institucional. Los resultados indican que la maternidad constituye una transición del desarrollo mediada por signos de género y por el modelo institucional del trabajador ideal, asociado a la masculinidad y a la disponibilidad irrestricta. Estos sistemas producen tensiones profesionales, impactos en la salud y reorganizaciones parentales, además de revelar la escasez de investigaciones brasileñas sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Maternidad. Mujeres Polícias. Trabajo Policial. Psicología Cultural.

* * *

1 Introdução

A maternidade constitui uma das transições desenvolvimentais mais complexas da vida adulta, implicando reorganizações nos sistemas de significação, vínculos afetivos, rotinas e expectativas sociais atribuídas às mulheres. À luz da Psicologia Cultural Semiótica, essas transformações não se restringem a eventos individuais ou biológicos, mas configuram processos coconstituídos³ na relação entre sujeitos e contextos socioculturais (Lopes de Oliveira et al., 2025; Valsiner, 2014), nos quais repertórios simbólicos orientam o que significa ser mãe, trabalhar e cuidar (Pontes et al., 2020).

Quando vivida por mulheres inseridas em contextos profissionais marcados por risco, imprevisibilidade e forte normatividade institucional, como o trabalho policial, essa transição produz tensões específicas que atravessam trajetórias de vida e desenvolvimento. A articulação entre maternidade e trabalho policial constitui, assim, um campo privilegiado para investigar mediações culturais, negociações de sentido e reorganizações desenvolvimentais na vida adulta.

No Brasil, a presença feminina nas corporações policiais segue historicamente reduzida e desigualmente distribuída entre os diferentes ramos da segurança pública. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) indicam que mulheres compõem 12,8% do efetivo das Polícias Militares estaduais,

³ O termo coconstituídos remete à noção de coconstituição (Valsiner, 2014; Lopes de Oliveira et al., 2025), segundo a qual sujeito e contexto sociocultural se produzem mutuamente, sem precedência de um sobre o outro nos processos desenvolvimentais.

proporção inferior à observada nas Polícias Civis (27%) e nos Corpos de Bombeiros Militares (14,5%). Essa sub-representação acentua-se nos postos de comando: atualmente, apenas dois dos 27 estados brasileiros, Acre e São Paulo, têm mulheres no posto de comandante-geral da Polícia Militar, o que corresponde a menos de 10% das corporações estaduais.

Em perspectiva comparada, esses percentuais situam o Brasil em posição próxima à de países como Estados Unidos (13%) e China (14,3%), e inferior à de Canadá (22,4%), Austrália (23,8%) e Noruega (31%) (Bailey et al., 2025). Mesmo nos contextos de maior representação feminina, contudo, a sub-representação permanece acentuada nos cargos de liderança, como evidenciam os 18,6% de mulheres em posições de chefia na polícia do estado de Queensland, na Austrália (Bailey et al., 2025), o que sugere que o acesso aos postos de comando constitui um obstáculo praticamente transversal aos diferentes contextos nacionais. Esse cenário reforça a relevância de investigar como mulheres, ao ocuparem posições minoritárias e hierarquicamente subordinadas em instituições policiais, vivenciam a maternidade e articulam suas trajetórias profissionais e familiares.

A literatura internacional, embora ainda limitada, aponta de forma consistente conflitos persistentes entre trabalho e família, níveis elevados de estresse, penalizações na progressão profissional e formas de deslegitimação da maternidade nas corporações. A maternidade tende a tensionar o modelo dominante de trabalhador policial, associado à disponibilidade irrestrita e à desvinculação das responsabilidades de cuidado. Esses conflitos manifestam-se na necessidade recorrente de reafirmação da competência após a licença-maternidade, na sobrecarga decorrente da dupla ou tripla presença e na incorporação de práticas de vigilância que transbordam para a vida familiar (Agocs et al., 2015; Kurtz, 2011; Tena, 2013; Granholm Valmari et al., 2023; Alexander & Charman, 2024; Rabichuk et al., 2025).

Apesar dessas convergências, observa-se escassez de estudos latino-americanos e, particularmente, brasileiros. Predominam pesquisas internacionais oriundas da criminologia, sociologia e estudos organizacionais, com reduzida produção nacional diretamente voltada à temática. Essa lacuna limita a compreensão situada das experiências de mães policiais no Brasil e evidencia um campo ainda pouco explorado pela psicologia.

Além disso, mesmo na produção internacional, prevalecem abordagens descritivas centradas em estressores ocupacionais e conflitos trabalho-família, com menor atenção aos processos psicológicos de significação e às transformações desenvolvimentais ao longo do tempo. São raros os estudos que investigam como mulheres policiais constroem sentidos sobre a maternidade em contextos de risco e como essas tensões se inscrevem em suas trajetórias.

Este artigo analisa criticamente a literatura internacional e latino-americana sobre maternidade e trabalho policial, articulando evidências empíricas a partir da Psicologia Cultural Semiótica. Busca-se compreender como a maternidade é significada e vivida por mulheres policiais, bem como identificar lacunas teóricas e empíricas relevantes para a psicologia. Ao evidenciar padrões recorrentes e a escassez de estudos brasileiros, o trabalho contribui para a construção de uma agenda de pesquisa sensível às mediações culturais e institucionais que atravessam trajetórias materno-profissionais em instituições de segurança pública.

Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos da revisão, o referencial teórico que orienta a análise, a sistematização dos achados empíricos e sua interpretação à luz da Psicologia Cultural Semiótica, examinando a maternidade como signo cultural no trabalho policial e suas implicações desenvolvimentais.

2 Metodologia

Este estudo consiste em uma análise teórico-interpretativa da literatura científica sobre maternidade e trabalho policial, fundamentada na Psicologia Cultural Semiótica (Valsiner, 2014). Nessa perspectiva, a cultura é compreendida como sistema dinâmico de signos, valores e práticas que medeia a relação entre pessoa e contexto, orientando processos de significação ao longo do desenvolvimento. A análise aqui realizada toma esse referencial como lente interpretativa, buscando identificar, nos estudos selecionados, como a maternidade é significada, organizada e vivida no contexto do trabalho policial. A identificação dos estudos foi realizada por meio de buscas nas bases SciELO, Web of Science e Scopus, complementadas pelo Portal de Periódicos CAPES, utilizando descritores

em português e inglês relacionados à maternidade, parentalidade, mulheres policiais, conflito trabalho–família e trabalho de risco.

Foram incluídos 18 artigos empíricos revisados por pares, publicados entre 2010 e 2025, período ampliado diante da escassez de estudos sobre maternidade no contexto policial, especialmente no Brasil. Não houve restrição de idioma. Os critérios de inclusão contemplaram foco explícito na maternidade ou parentalidade de mulheres em contextos policiais ou de segurança, caráter empírico e disponibilidade do texto completo. Excluíram-se produções não revisadas por pares, textos exclusivamente teóricos ou ensaísticos e estudos fora do recorte temporal.

Os artigos selecionados foram examinados por meio de análise temática interpretativa (Braun & Clarke, 2021), com identificação de padrões empíricos, tensões recorrentes e convergências. Posteriormente, os achados foram reinterpretados à luz de conceitos centrais da Psicologia Cultural Semiótica, permitindo analisar como a maternidade é significada em contextos policiais e como tais significações se articulam às trajetórias de desenvolvimento das mulheres.

3 Maternidade, desenvolvimento e mediações culturais

Nas últimas décadas, a Psicologia do Desenvolvimento passou por transformações teórico-epistemológicas que consolidaram modelos críticos centrados na unidade indissociável pessoa–contexto. Fortaleceu-se a crítica ao universalismo e a atenção ao papel da cultura e das instituições na configuração das formas singulares de autocaracterização. O desenvolvimento passou a ser compreendido como processo irrepetível, produtor de rupturas nas trajetórias biográficas (Lopes de Oliveira, 2021).

Nesse movimento, a Psicologia Cultural Semiótica afirma-se como referencial fecundo para compreender processos situados, como as formas contemporâneas de maternidade. A cultura é concebida como sistema ativo de signos, valores e normas que orienta a interpretação da experiência ao longo da vida (Lopes de Oliveira et al., 2025; Valsiner, 2014). Instituições estruturam modelos normativos de conduta e pertencimento; no contexto policial, tais modelos

se expressam em expectativas de disponibilidade, resistência e adequação aos papéis ocupacionais (Agocs et al., 2015; Langan et al., 2019). Operam por meio de hipergeneralizações — construções simbólicas amplas que orientam comportamentos, emoções e trajetórias (Valsiner, 2014).

A transição à maternidade constitui transformação desenvolvimental profunda, envolvendo reorganização do self e dos sistemas de significação. Tornar-se mãe é processo culturalmente mediado, atravessado por demandas muitas vezes contraditórias (Borges, 2020). A maternidade emerge da inter-relação entre dimensões pessoais, históricas e socioculturais, implicando mudanças nos sistemas de atividade, nas relações interpessoais e na autorregulação emocional.

Sob essa perspectiva, nascimento e parentalidade são experiências mediadas por matrizes simbólicas que definem expectativas e pertencimentos (Pontes et al., 2020). A mulher que se torna mãe atravessa reorganizações marcadas por rupturas e produção de novidade, por meio de movimentos contínuos de internalização e externalização de signos culturais (Lopes de Oliveira et al., 2025; Valsiner, 2014). Assim, a maternidade configura-se como fenômeno culturalmente situado, produzido na intersecção entre histórias pessoais e instituições.

Esses signos estruturam avaliações sobre competência e valor moral, delimitando fronteiras entre “boa mãe” e desvio (Agocs et al., 2015; Detalla et al., 2024; Kurtz, 2011; Sousa et al., 2023; Tena, 2013). À luz da abordagem do curso de vida, a maternidade implica mudanças simultâneas em múltiplos domínios, sempre mediadas por condições institucionais e culturais que delimitam oportunidades e constrangimentos (Elder, 1998).

Valsiner (2020) amplia essa compreensão ao situar o nascimento como evento culturalmente saturado, atravessado por expectativas que incidem sobre mãe e criança. Não se trata de marco biológico neutro, mas de acontecimento regulado por valores que orientam afetos, comportamentos e futuros possíveis.

Quando vivida em contextos profissionais marcados por risco e forte normatividade, como o trabalho policial, a maternidade desenvolve-se em campo de intensas tensões semióticas. A cultura policial, estruturada por valores de disponibilidade irrestrita, controle e invulnerabilidade, sustenta um modelo implícito de trabalhador ideal historicamente associado à masculinidade (Agocs et

al., 2015; Alexander & Charman, 2024; Kurtz, 2011; Langan et al., 2019; Newton & Huppertz, 2020; Rabichuk et al., 2025; Rocha et al., 2024; Yu, 2022).

Ao introduzir demandas de cuidado e temporalidades específicas, a maternidade tensiona esse ideal. Trata-se do confronto entre dois sistemas de significação: o da maternidade, orientado ao cuidado e presença, e o do trabalho policial, orientado à disponibilidade e supressão da vulnerabilidade. Essa tensão exige negociações constantes entre expectativas institucionais e compromissos familiares, com impactos sobre regulação emocional, saúde mental e trajetórias de desenvolvimento (Pontes et al., 2020).

Além disso, o contato cotidiano com risco e violência produz aprendizagens como hipervigilância e antecipação de perigos, que transbordam para a vida familiar, reorganizando práticas parentais e sentidos atribuídos à proteção (Agocs et al., 2015; Granholm Valmari et al., 2023; Sousa et al., 2023). O trabalho policial, assim, atua como contexto cultural que reconfigura significados, afetos e modos de ser mãe.

Compreender a maternidade no contexto do trabalho policial exige, portanto, uma abordagem que articule cultura, desenvolvimento e instituições, reconhecendo que os conflitos vivenciados pelas mulheres não decorrem exclusivamente de escolhas individuais ou dificuldades de conciliação, mas de sistemas simbólicos que distribuem de forma desigual expectativas, responsabilidades e legitimidade. A Psicologia Cultural Semiótica oferece, assim, ferramentas conceituais fundamentais para analisar como esses processos se constroem, se mantêm e produzem efeitos nas trajetórias de vida de mulheres no contexto do trabalho policial.

3.1 Síntese dos estudos analisados: maternidade e trabalho policial

Os estudos analisados indicam que a maternidade, quando vivida em contextos policiais, constitui um eixo central de tensão entre exigências institucionais e responsabilidades de cuidado. Parte relevante da literatura internacional tem apontado que a ampliação da presença feminina nas corporações não foi acompanhada por transformações equivalentes na cultura organizacional e nas políticas institucionais, que permanecem orientadas por um modelo de

trabalhador ideal desprovido de vínculos de cuidado. Nesse cenário, a maternidade tende a ser interpretada como um desvio da norma profissional, frequentemente associada à diminuição da disponibilidade, da produtividade e do comprometimento, em vez de reconhecida como parte legítima das trajetórias de vida e desenvolvimento das policiais (Rabichuk et al., 2025).

No contexto latino-americano, a produção científica sobre maternidade e trabalho policial mostra-se ainda incipiente, concentrando-se, nesta revisão, em três estudos empíricos realizados no México, na Colômbia e no Brasil. Embora distintos em termos metodológicos e contextuais, esses trabalhos apontam para padrões semelhantes: a maternidade é atravessada por desigualdades estruturais de gênero, culturas organizacionais pouco sensíveis ao cuidado e arranjos institucionais que tendem a transferir às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela conciliação entre trabalho e família.

O estudo realizado na Cidade do México por Tena (2013) evidencia de forma contundente como a experiência da maternidade entre mulheres policiais é marcada pela intensificação da chamada dupla presença — a exigência simultânea do trabalho remunerado e do trabalho doméstico-familiar — e pela emergência da tripla presença, na qual se somam também as demandas afetivas e simbólicas dos parceiros conjugais. A pesquisa demonstra que, longe de funcionar como fator de proteção, a vida conjugal frequentemente representa mais uma fonte de exigências, especialmente em contextos nos quais os homens não assumem corresponsabilidade pelo cuidado. A elevada incidência de mães solo entre policiais mulheres, contrastando com a quase inexistência dessa condição entre os homens, explicita uma assimetria estrutural na organização da vida familiar. As estratégias mobilizadas para garantir o cuidado dos filhos, redes femininas de apoio, envio das crianças para casas de parentes, privação de sono e lazer ou rompimento de vínculos conjugais, revelam arranjos de sobrevivência condicionados por desigualdades de gênero, frequentemente acompanhados de sofrimento subjetivo e adoecimento físico e emocional (Tena, 2013).

Na Colômbia, o estudo qualitativo de enfoque fenomenológico evidencia dificuldades semelhantes ao analisar as experiências de mulheres policiais em período de gestação e lactância. Os achados indicam que, mesmo diante de garantias legais, a maternidade é frequentemente percebida como um problema

organizacional, gerando tensões com superiores e colegas, além de obstáculos concretos à amamentação e ao cuidado, como a ausência de espaços adequados e a rigidez das escalas de trabalho. A experiência materna aparece fortemente mediada por relações hierárquicas e práticas informais, revelando que a efetividade dos direitos depende menos da norma escrita e mais da cultura institucional e das interações cotidianas no interior da corporação (García Sarria et al., 2023)

Já no contexto brasileiro, a escassez da produção é ainda mais acentuada. O único artigo científico identificado nesta revisão, evidencia um conjunto de vulnerabilidades estruturais vivenciadas por mulheres da área, incluindo discriminação de gênero, adoecimento mental, assédio moral e sexual e sobrecarga associada à múltipla jornada. Embora a maternidade não seja o foco exclusivo do estudo, os resultados indicam impactos diretos sobre decisões reprodutivas, vivências da gestação e possibilidades de continuidade do aleitamento materno, apontando a ausência de políticas institucionais específicas de apoio às mães policiais no Brasil. A maternidade emerge, assim, como uma experiência atravessada por precariedades institucionais e silenciamentos estruturais, mais frequentemente inferida do que tematizada de forma direta na produção nacional (Cavalcante et al., 2025).

Considerados em conjunto, os três estudos latino-americanos revelam um campo de investigação ainda incipiente, marcado por abordagens pontuais e fragmentadas, mas atravessado por convergências significativas. Em todos os contextos analisados, a maternidade aparece como um eixo de intensificação das desigualdades de gênero no trabalho policial, evidenciando a centralidade das culturas organizacionais, da gestão do efetivo e da divisão sexual do trabalho na produção de sobrecargas, conflitos e sofrimento. A escassez de pesquisas na região, especialmente no Brasil, não apenas limita a compreensão empírica do fenômeno, como reforça a necessidade de estudos que tratem a maternidade no trabalho policial como uma questão legítima de desenvolvimento humano, saúde ocupacional e justiça institucional no Sul Global.

Essa lógica institucional repercute diretamente na organização das carreiras e na experiência cotidiana de trabalho. A maternidade aparece reiteradamente como um ponto de inflexão nas trajetórias profissionais, exigindo

das mulheres um esforço contínuo de legitimação após a gravidez e o retorno da licença-maternidade. Em diferentes contextos, policiais mães relatam a necessidade de provar novamente sua competência, enfrentando estigmas relacionados à suposta menor aptidão para o trabalho operacional. Esse processo se associa ao aumento dos conflitos entre trabalho e família, à intensificação do estresse psicofísico e a maiores taxas de absenteísmo e desligamento profissional nos períodos de gravidez e cuidado de filhos pequenos, sobretudo em instituições caracterizadas por estruturas rígidas de gestão do trabalho e do efetivo (Rabichuk et al., 2025; Kurtz, 2011).

A desigualdade de gênero nas trajetórias profissionais torna-se ainda mais visível quando analisada à luz da progressão na carreira e do acesso a cargos de liderança. Estudos com oficiais seniores na Inglaterra e no País de Gales demonstram que o acesso aos postos mais altos permanece condicionado a um modelo de dedicação total ao trabalho, ancorado em longas jornadas, disponibilidade permanente e subordinação da vida familiar às demandas institucionais. Embora homens e mulheres que alcançam posições de liderança apresentem trajetórias aparentemente homogêneas, os custos dessa ascensão diferem profundamente por gênero. Enquanto os homens tendem a manter famílias maiores e contam com parceiras que reduzem ou interrompem suas próprias carreiras para sustentar a dedicação masculina, as mulheres que chegam aos cargos de chefia são mais frequentemente sem filhos ou com famílias menores, configurando aquilo que foi denominado como *child-tax*: um custo implícito da maternidade que recai quase exclusivamente sobre as mulheres (Alexander & Charman, 2024). Assim, a maternidade se consolida como marcador central de desigualdade, penalizando de forma particular aquelas que aspiram combinar liderança policial e experiência materna.

Nos níveis operacionais, a articulação entre trabalho policial, parentalidade e vida conjugal assume contornos igualmente complexos. Estudos qualitativos mostram que o trabalho policial frequentemente transborda para a vida familiar, reorganizando práticas cotidianas, espaços de convivência e modos de estar com os filhos. A hipervigilância, a avaliação constante de riscos e a evitação de determinados contextos públicos passam a integrar a experiência parental, ao mesmo tempo em que o contato cotidiano com situações de violência e sofrimento

pode produzir movimentos de resignificação da parentalidade, intensificando a valorização do tempo em família (Granholm Valmari et al., 2023). Ainda que essas dinâmicas atinjam homens e mulheres, a experiência da parentalidade mostra-se profundamente generificada, com impactos mais intensos sobre as mulheres, que acumulam maior carga de cuidado e relatam sentimentos mais persistentes de culpa e sobrecarga.

Essa sobrecarga manifesta-se também em indicadores objetivos de saúde. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos demonstram que mulheres policiais apresentam níveis médios de estresse psicofísico mais elevados do que os homens, diferença que se intensifica de forma significativa entre mulheres casadas com filhos. Para os homens, ao contrário, o casamento e a parentalidade praticamente não alteram os níveis de estresse, evidenciando que as responsabilidades familiares impactam de maneira assimétrica os gêneros na polícia. À luz do conceito de segunda jornada, esses achados indicam que as mulheres continuam a assumir uma parcela desproporcional do trabalho doméstico e do cuidado, somando-o às exigências de uma profissão reconhecidamente estressante, o que contribui para o aumento do sofrimento e da vulnerabilidade ao adoecimento (Kurtz, 2011).

Estudos mais recentes em contextos europeus reforçam esse padrão ao demonstrar que a presença de filhos pequenos e de outros dependentes constitui um dos principais condicionantes do conflito trabalho–família e família–trabalho. O trabalho por turnos, a imprevisibilidade das escalas, o tempo de serviço e a mobilidade geográfica institucional intensificam as dificuldades de articulação entre as esferas da vida. De modo particularmente revelador, embora homens relatem com maior frequência que o tempo dedicado à família interfere no desempenho profissional, mulheres tendem a minimizar ou silenciar esse conflito, possivelmente em função da pressão institucional para demonstrar plena disponibilidade e competência em um ambiente fortemente masculinizado (Rocha et al., 2024).

O estudo de Detalla et al. (2024), nas Filipinas, amplia o foco para as experiências de mulheres policiais ao longo da carreira, identificando cinco eixos centrais nas narrativas de 10 participantes: (1) navegação das dinâmicas de gênero na polícia, incluindo preconceitos que as percebem como “fracas” e a necessidade

de conquistar credibilidade junto à comunidade; (2) equilíbrio entre vida pessoal e profissional, marcado por sacrifícios, sobrecarga e dificuldades para gerir as demandas familiares e afetivas diante de longas jornadas e estresse ocupacional; (3) busca por reconhecimento e oportunidades de progressão, em que prêmios e elogios públicos têm efeito importante sobre a autoestima e o sentimento de pertença; (4) construção de ambientes de trabalho mais inclusivos, com apoio entre colegas e chefias sensíveis às questões de gênero; e (5) defesa da igualdade de gênero e da representatividade, com ênfase na importância de políticas sensíveis ao gênero, programas de mentoria e apoio à conciliação trabalho–família (Detalla et al., 2024).

Articulados, esses estudos dialogam diretamente com as evidências já apontadas por pesquisas centradas na maternidade e parentalidade em contextos policiais. A preocupação com o equilíbrio trabalho–família descrita por policiais portugueses em Sousa et al. (2023) e por agentes da polícia de Lisboa (Rocha et al., 2024) converge com os achados de Tena (2013) sobre dupla e tripla presença de mulheres policiais na Cidade do México, e com os resultados de Kurtz (2011), que mostram níveis mais elevados de estresse entre policiais mulheres casadas com filhos, em comparação com homens na mesma condição. Ao mesmo tempo, as narrativas de mulheres filipinas sobre a necessidade de reconhecimento, apoio institucional e políticas de mentoria (Detalla et al., 2024) ecoam a discussão de Alexander e Charman (2024) sobre o “child-tax”⁴ na progressão de carreira e a de Rabichuk et al. (2025) sobre a insuficiência de políticas consistentes de apoio à parentalidade.

No conjunto, esses estudos reforçam a tese de que o trabalho policial, especialmente em contextos de risco, produz uma tensão crônica entre exigências institucionais e responsabilidades de cuidado que é vivida de forma generificada: homens tendem a dispor de mais recurso-tempo e suporte doméstico, enquanto mulheres, sobretudo mães, acumulam a carga de conciliar uma carreira exigente

⁴ O termo *child-tax* é utilizado por Alexander e Charman (2024) para designar o custo implícito que a parentalidade, especialmente a maternidade, impõe às trajetórias profissionais das mulheres na polícia. Trata-se de uma penalização informal e estrutural, não prevista em normas institucionais explícitas, que se manifesta em menores oportunidades de progressão, adiamento ou limitação da maternidade, maior vigilância sobre a disponibilidade profissional e necessidade recorrente de legitimação da competência, fenômeno que não incide da mesma forma sobre os homens policiais.

com a gestão cotidiana da vida familiar (Alexander & Charman, 2024; Granholm Valmari et al., 2023; Kurtz, 2011; Tena, 2013). A literatura aponta de forma reiterada que a mera existência de políticas formais (licenças, benefícios) é insuficiente se não houver transformações na cultura organizacional, nas práticas de gestão de efetivo e nas expectativas de gênero que estruturam o ideal de bom policial (Rabichuk et al., 2025; Rocha et al., 2024; Tena, 2013).

A literatura recente tem aprofundado a compreensão de que o estresse vivenciado por mulheres em profissões de segurança não pode ser explicado apenas pela exposição a eventos críticos ou riscos operacionais, devendo ser compreendido como um fenômeno estruturalmente generificado, produzido pela articulação entre cultura institucional, organização do trabalho e expectativas sociais de gênero. O estudo conduzido por Rabichuk et al., (2025) evidencia que, embora o campo de estudos sobre estresse policial seja amplo, as experiências específicas das mulheres — especialmente no que se refere à parentalidade, ao cuidado e à saúde mental — permanecem marginalizadas ou tratadas de forma superficial. Ao analisar 25 artigos as autoras identificam que os estressores mais recorrentes na experiência de mulheres policiais estão associados menos aos riscos operacionais em si e mais aos estressores organizacionais, tais como culturas masculinizadas, normas informais de silêncio, discriminação de gênero, barreiras à progressão na carreira e ausência de políticas sensíveis à maternidade e à parentalidade.

Um dos aportes centrais desta revisão é a demonstração de que a parentalidade aparece na literatura como um fator crítico de intensificação do estresse, porém raramente é analisada em profundidade. Estudos incluídos na revisão indicam que mulheres policiais e agentes de segurança enfrentam conflitos persistentes entre trabalho e família, agravados por jornadas irregulares, trabalho por turnos e exigência de disponibilidade contínua, mas poucas pesquisas exploram como esses conflitos são vividos subjetivamente, incorporados às identidades profissionais e articulados às trajetórias de vida ao longo do tempo (Rabichuk et al., 2025). As autoras apontam, assim, uma lacuna importante no campo: a predominância de abordagens descritivas sobre estressores, em detrimento da análise dos mecanismos geradores de sofrimento, das dimensões desenvolvimentais e das narrativas por meio das quais as mulheres elaboram suas experiências.

Essa lacuna é parcialmente tensionada pelo estudo de Açar e Duran (2025) que, embora realizado no contexto específico das agentes penitenciárias na Turquia, oferece contribuições substantivas para a compreensão dos efeitos do trabalho de segurança sobre a vida familiar, a parentalidade e as decisões reprodutivas das mulheres. A partir de entrevistas em profundidade com 57 mulheres, distribuídas entre agentes solteiras e casadas, o estudo demonstra que o trabalho em contextos de alto risco, marcado por estresse crônico, horários irregulares e ameaça física constante, deixa “rastros” duradouros na vida familiar, afetando vínculos conjugais, relações parentais, bem-estar psicológico e projetos de maternidade.

Os resultados evidenciam que, entre mulheres sem filhos, o trabalho penitenciário influencia diretamente as expectativas e decisões quanto à formação de uma família e à maternidade. O estresse ocupacional, a fadiga emocional e a exposição cotidiana à violência e ao sofrimento humano aparecem como fatores que levam muitas participantes a adiar ou mesmo reconsiderar a possibilidade de ter filhos. Entre as mulheres que já são mães, os impactos se expressam na dificuldade de manter rotinas familiares estáveis, no enfraquecimento do convívio cotidiano com os filhos e na percepção de que o desgaste emocional do trabalho transborda para o ambiente doméstico, produzindo sentimentos recorrentes de culpa, exaustão e ambivalência. Açar e Duran (2025) mostram, ainda, que a maioria das participantes com filhos tem apenas um, sugerindo que as condições profissionais operam como um limite concreto à ampliação da família, fenômeno que dialoga com achados sobre restrição reprodutiva em carreiras de segurança e risco.

Estudos realizados em diferentes contextos convergem ao demonstrar que, mesmo quando existem políticas formais de apoio à parentalidade, como licenças remuneradas, jornadas flexíveis ou iniciativas de igualdade de oportunidades, sua efetividade é frequentemente limitada por culturas institucionais masculinizadas que tendem a penalizar a maternidade e a traduzir o cuidado como sinal de menor comprometimento profissional (Newton & Huppertz, 2020; Yu, 2022; Granholm Valmari et al., 2023).

No plano das políticas de igualdade e apoio institucional, a análise conduzida por Newton e Huppertz (2020), no contexto australiano, evidencia que iniciativas

como salas de amamentação, trabalho em tempo parcial ou flexível e cotas de gênero em cargos superiores são vivenciadas de forma ambivalente por mulheres policiais. Embora reconhecidas como avanços importantes, essas políticas frequentemente se convertem, na prática, em fontes de estigmatização e questionamento da credibilidade profissional. O uso de jornadas flexíveis após a maternidade, por exemplo, tende a ser interpretado como sinal de menor compromisso, com impactos negativos sobre oportunidades de promoção e acesso a funções consideradas centrais, deslocando mulheres para áreas menos valorizadas da instituição (Newton & Huppertz, 2020). De modo semelhante, políticas de ação afirmativa para promoção feminina, embora vistas como necessárias para romper barreiras estruturais, são percebidas por algumas policiais como potencialmente deslegitimadoras, ao alimentarem narrativas de mérito questionável, o que reforça a necessidade permanente de provar competência em um ambiente organizacional ainda marcado por normas masculinas de desempenho (Newton & Huppertz, 2020).

Essa tensão entre direitos formais e práticas culturais também é evidenciada no estudo de Yu (2022) sobre a implementação do *Federal Employee Paid Leave Act* (FEPLA), legislação federal norte-americana que garante aos servidores públicos federais até 12 semanas de licença parental remunerada após o nascimento, adoção ou acolhimento de uma criança. Ao analisar a aplicação dessa política em agências federais de aplicação da lei nos Estados Unidos, a autora demonstra que, apesar da existência de um direito formal à licença parental, normas culturais organizacionais e expectativas implícitas de disponibilidade contínua levam muitas mulheres a hesitar em usufruir plenamente do benefício, por receio de prejuízos à progressão profissional e ao reconhecimento institucional (Yu, 2022).

Embora a maioria dos respondentes reconheça que a licença parental remunerada tem potencial para melhorar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, quase metade acredita que mulheres podem hesitar em utilizar plenamente esse direito por receio de prejuízos à carreira, percepção significativamente mais frequente entre as próprias mulheres do que entre os homens (Yu, 2022). O estudo mostra ainda que servidores em posições hierárquicas mais elevadas e em funções armadas tendem a expressar maior ceticismo quanto aos efeitos positivos da política, sinalizando que, em culturas organizacionais orientadas pela lógica da

missão em primeiro lugar, o uso de benefícios familiares pode ser silenciosamente punido, transformando a licença parental em um dilema: usufruir do direito e arriscar oportunidades futuras, ou abrir mão parcial dele para preservar a progressão profissional (Yu, 2022).

No nível da experiência cotidiana, estudos qualitativos mostram como essas dinâmicas institucionais se materializam na vida familiar e nos processos subjetivos das policiais. A pesquisa de Granholm Valmari et al. (2023), realizada com policiais que são mães, pais e seus parceiros(as), revela que o trabalho policial frequentemente transborda para o espaço doméstico, reorganizando rotinas, afetos e prioridades. A hipervigilância aprendida no exercício profissional passa a orientar escolhas familiares, como evitar determinados espaços públicos, redefinir locais de moradia e monitorar constantemente riscos percebidos para os filhos, ao mesmo tempo em que o estresse do plantão afeta o humor e a disponibilidade emocional no convívio conjugal e familiar (Granholm Valmari et al., 2023). Embora o trabalho policial também possa enriquecer a parentalidade (por exemplo, ao permitir uma avaliação mais realista de riscos), os conflitos na distribuição de tempo, energia e envolvimento emocional se mostram persistentes, especialmente em contextos de trabalho por turnos.

Mesmo em um país marcado por políticas avançadas de igualdade de gênero, como a Suécia, os achados indicam que a experiência da parentalidade permanece generificada. Mulheres policiais relatam sobrecarga na divisão de tarefas domésticas e de cuidado, além de uma limitação percebida nas funções que podem ocupar simultaneamente, com atividades pessoais e de lazer sendo as primeiras a serem sacrificadas. A corresponsabilidade conjugal emerge como fator central para tornar minimamente sustentável a conciliação entre trabalho policial e vida familiar (Granholm Valmari et al., 2023).

A partir de uma perspectiva qualitativa e feminista, o estudo de Agocs, Langan e Sanders (2015), realizado com 16 policiais mães em Ontário (Canadá), aprofunda a compreensão de como o trabalho policial reorganiza a experiência da maternidade e da vida doméstica. As autoras mostram que essas mulheres assumem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado – em linha com a literatura sobre divisão sexual do trabalho e ideais de boa mãe – em um contexto no qual a cultura policial permanece fortemente masculinizada, hierárquica e

pouco flexível em relação a escalas, treinamentos e exigências de disponibilidade (Agocs et al., 2015). Nesse cenário, as policiais entrevistadas relatam sentir-se permanentemente tensionadas entre o ideal de mãe intensiva, sempre disponível, e o ideal de trabalhadora policial totalmente comprometida, o que produz culpa, exaustão e a sensação de nunca corresponder plenamente a nenhum dos dois papéis (Agocs et al., 2015).

Um dos achados centrais do estudo é que os pressupostos da cultura ocupacional policial – desconfiança, necessidade de controle, percepção constante de perigo – não ficam restritos ao espaço de trabalho, mas são internalizados e passam a orientar práticas de cuidado no âmbito familiar. As autoras mostram que essas mulheres desenvolvem o que denominam maternagem orientada pela proteção ao perigo: em vez de se orientarem por saberes técnicos, políticas de infância e padrões de cuidados maternos, elas constroem narrativas, regras e práticas parentais a partir de suas próprias vivências profissionais com violência, abuso, morte e risco extremo. Essas experiências passam a organizar os sentidos atribuídos ao cuidado e à proteção dos filhos, com o objetivo central de evitar que se tornem vítimas ou autores de violência (Agocs et al., 2015). Esse padrão dialoga com estudos que mostram como o contato cotidiano com ocorrências de risco e sofrimento reconfigura modos de ser mãe e pai na polícia, influenciando decisões sobre lugares onde morar, espaços a frequentar com a família e formas de monitorar a segurança dos filhos (Granhölm Valmari et al., 2023).

Isso se traduz em estratégias como selecionar cuidadosamente as histórias que contam, formular perguntas para monitorar contextos e amizades, restringir certos espaços e atividades e manter vigilância ampliada sobre rotinas e deslocamentos das crianças, articulando maternidade, experiência de risco e controle preventivo no cotidiano (Agocs et al., 2015). As participantes relatam sentir-se julgadas na organização quando as demandas familiares dificultam a realização de horas extras, cursos ou mudanças de turno, ao mesmo tempo em que são responsabilizadas, no espaço doméstico, por assegurar a estabilidade emocional e a segurança dos filhos. A cultura policial, descrita como hegemonicamente masculina, tende a posicionar maternidade e policiamento como esferas incompatíveis: falar de cuidados com crianças, pedir adaptação de escala por causa de creche ou mencionar dificuldades de conciliar plantão e escola dos

filhos é facilmente interpretado como sinal de fraqueza ou inadequação ao trabalho policial (Agocs et al., 2015). Essa lógica ecoa os resultados de Newton e Huppatz (2020) e Yu (2022), que mostram como o uso de políticas de igualdade de oportunidades ou licenças parentais pode ser lido como falta de compromisso.

Langan, Sanders e Gouweloos (2019) colocam o foco diretamente no corpo grávido como marcador de diferença e tensão dentro da organização policial. A partir de entrevistas em profundidade com 52 policiais canadenses, as autoras mostram como a gravidez enquadra o corpo das mulheres como “fora de ordem” para o trabalho policial, deslocando-as ainda mais distantes do ideal de corpo policial associado à masculinidade, disponibilidade física e continuidade de desempenho (Langan et al., 2019).

As participantes relatam que, ao anunciar a gravidez, são frequentemente retiradas de imediato do serviço operacional e deslocadas para funções de balcão ou administrativas, o que as posiciona como corpos-problema para a equipe. Enquanto anúncios de paternidade são celebrados, a maternidade é recebida com comentários sobre afastamentos, substituições e perdas de efetivo, tornando explícita a assimetria entre maternidade e paternidade na cultura policial (Langan et al., 2019). A gravidez, ao simbolizar uma forma intensificada de feminilidade, reforça a condição de “outra” das mulheres na organização e legitima práticas de exclusão ou de sobreproteção que, na prática, as afastam de experiências profissionais centrais para a progressão na carreira.

Diante desse enquadramento, as policiais entrevistadas desenvolvem diversas estratégias de gestão da imagem: adiam o anúncio da gravidez para permanecer mais tempo na rua, esforçam-se para demonstrar produtividade e comprometimento acima da média, minimizam sintomas físicos ou desconfortos e assumem tarefas extras para provar sua utilidade mesmo fora da atividade operacional (Langan et al., 2019). Essas estratégias ecoam, em chave corporal, o que estudos anteriores já apontavam sobre a necessidade constante de provar competência após a maternidade (Rabichuk et al., 2025; Agocs et al., 2015), revelando o custo subjetivo de existir como mãe em uma instituição que associa valor profissional à disponibilidade plena e à aparência de invulnerabilidade.

A pesquisa de Kurtz, Linnemann e Williams (2012), baseada em entrevistas etnográficas com 28 policiais em três departamentos do meio-oeste norte-

americano, mostra que as imagens de mulheres na polícia continuam fortemente ancoradas na figura histórica responsável pelo cuidado de crianças, adolescentes em conflito com a lei e mulheres presas ou vitimizadas. Os autores evidenciam que, independentemente de preferências individuais ou competências específicas, as policiais são frequentemente designadas – de forma informal, mas persistente – para lidar com crianças, jovens e vítimas do sexo feminino, enquanto o “trabalho policial de verdade” permanece simbolicamente vinculado ao patrulhamento, confronto e uso potencial da força, associados à masculinidade (Kurtz et al., 2012).

Os depoimentos analisados por Kurtz et al. (2012) revelam a crença recorrente de que mulheres teriam instintos naturais para acalmar crianças, consolar vítimas e realizar tarefas emocionais de cuidado, o que legitima a segmentação de tarefas dentro das equipes: elas são chamadas para acolher, ouvir e acalmar, enquanto homens permanecem na gestão “dura” da ocorrência. Essa naturalização da suposta vocação feminina para o cuidado opera como um mecanismo simbólico de reinscrição das mulheres policiais em expectativas maternas tradicionais, aproximando-as da figura da mãe/cuidadora e afastando-as das posições centrais de poder e prestígio na instituição.

Resultados semelhantes aparecem na pesquisa de Gasparini e DeWitt (2023), que entrevistaram 16 mulheres policiais nos Estados Unidos para compreender se elas se sentem pertencentes à profissão ou se ainda enfrentam desrespeito, autoquestionamento e pressão para se conformar a papéis de gênero. As autoras identificam que, embora a maioria relate algum nível de pertencimento e reconhecimento profissional, persiste uma pressão constante para provar-se competente e superar dúvidas – próprias e alheias – sobre sua adequação ao trabalho policial. Um dos temas centrais que emerge das entrevistas é justamente a percepção de que as mulheres são estereotipadamente direcionadas a tarefas generificadas: são convocadas de forma recorrente para lidar com crianças, mulheres em situação de violência, vítimas de abuso sexual e cenas de grande sofrimento, enquanto colegas homens permanecem associados às ações consideradas mais duras ou táticas (Gasparini & DeWitt, 2023).

As participantes relatam que, em muitas equipes, é quase automático que a policial mulher seja aquela que vai falar com a criança, ou quem assume notificações de morte e atendimentos emocionais em situações de crise. Embora

algumas reconheçam nesse tipo de atuação uma fonte de sentido e contribuição singular para o policiamento, muitas também apontam que essa divisão reforça uma hierarquia simbólica em que competências comunicacionais, de escuta e de cuidado, associadas ao feminino, são menos valorizadas que força física, controle e ação coercitiva. Ao mesmo tempo, as entrevistadas descrevem uma sensação recorrente de serem avaliadas por padrões mais rígidos que os homens, precisando trabalhar duas vezes mais para serem levadas a sério e tendo sua performance colocada em dúvida a partir de um ideal de policial masculinizado (Gasparini & DeWitt, 2023).

3.2 A maternidade como signo cultural no contexto do trabalho policial

À luz da Psicologia Cultural Semiótica, os resultados desta revisão indicam que a maternidade em contextos policiais não pode ser compreendida apenas como um desafio operacional ou como uma incompatibilidade prática entre trabalho e família, mas como um fenômeno mediado por processos culturais de significação, gerados e consolidados no processo histórico. Trata-se de uma experiência atravessada por sistemas culturais que operam como verdadeiros organizadores da vida psicológica, produzindo expectativas normativas, regulando posições identitárias e orientando trajetórias de desenvolvimento (Lopes de Oliveira et al., 2025; Valsiner, 2007, 2014).

Nessa perspectiva, a maternidade pode ser compreendida como um signo cultural central, historicamente construído e reiterado por práticas institucionais, discursos sociais e rotinas organizacionais, que orienta a interpretação das experiências e delimita campos de ação possíveis para as mulheres na polícia. Conforme propõe a Psicologia Cultural Semiótica, os signos não apenas representam a realidade, mas atuam como mediadores ativos da experiência, sendo internalizados ao longo do desenvolvimento e posteriormente externalizados nas práticas cotidianas, sempre de forma construtiva e situada (Lopes de Oliveira et al., 2025; Valsiner, 2014).

Os estudos analisados demonstram que a cultura policial se ancora em um modelo normativo de trabalhador ideal — historicamente masculino, totalmente disponível, desvinculado das responsabilidades de cuidado — que funciona como

matriz semiótica reguladora das interpretações que as mulheres fazem de si e das interpretações que recebem de colegas e superiores. Nesse enquadre, a maternidade torna-se lida como desvio da norma e, portanto, como posição de *self* menos legitimada. Isso ajuda a explicar a necessidade recorrente, relatada em diversos estudos, de provar-se novamente competente após a gravidez ou o retorno da licença-maternidade. Essa fase da vida pode ser compreendida, a partir da perspectiva proposta por Zittoun (2006), como um processo de transição desenvolvimental no qual os significados que antes orientavam a experiência tornam-se insuficientes, exigindo que novos sentidos e recursos simbólicos sejam produzidos para garantir a continuidade do *self*.

A minimização do impacto familiar no trabalho, mais frequente entre as mulheres, não indica ausência de conflito, mas evidencia a força dos signos institucionais que associam competência profissional à negação ou invisibilização das responsabilidades de cuidado. Nesses contextos, a agência das mulheres não é suprimida, mas culturalmente canalizada para determinadas formas de ação consideradas mais aceitáveis, como silenciar dificuldades, reorganizar rotinas pessoais e assumir sobrecargas adicionais. Trata-se de um processo no qual mensagens culturais normativas orientam as trajetórias de desenvolvimento ao favorecer certas vias de atuação em detrimento de outras, limitando as posições subjetivas disponíveis para integrar maternidade e carreira. Assim, a manutenção do *self* profissional ocorre por meio de negociações contínuas entre significados culturalmente instituídos e tentativas individuais de preservação de pertencimento e legitimidade em um contexto que oferece poucas possibilidades reconhecidas de articulação entre cuidado e trabalho (Rosa & Valsiner, 2018; Zittoun & Gillespie, 2015).

A Psicologia Cultural enfatiza que instituições não são apenas arranjos organizacionais, mas ambientes semióticos que produzem e mantêm significados, transformando trajetórias e experiências ao longo do tempo (Rosa & Valsiner, 2018; Valsiner, 2014). A cultura policial, marcada por valores como prontidão, controle, força e invulnerabilidade, opera como mediadora potente no desenvolvimento profissional e pessoal das mulheres. Essa mediação se expressa de múltiplas formas: na maneira como o corpo grávido é interpretado como “fora de ordem”, no estigma associado ao uso de políticas de conciliação, na penalização

informal de licenças parentais, na crença de que o policial ideal é alguém sem demandas familiares. A canalização cultural (institucional), tal como descrita por Valsiner (2014), ajuda a compreender por que políticas formais, como turnos flexíveis, trabalhos em tempo parcial ou licenças remuneradas, embora presentes, não se traduzem automaticamente em oportunidades reais: os significados culturais dominantes permeiam a interpretação dessas políticas como sinais de fraqueza ou menor comprometimento, restringindo sua efetividade e uso.

Outro aspecto recorrente na literatura diz respeito à atribuição simbólica reiterada de funções de cuidado às mulheres policiais, mesmo quando a maternidade não está em jogo. Diversos estudos mostram que mulheres são sistematicamente direcionadas a tarefas como acolher vítimas, lidar com crianças ou realizar atendimentos emocionalmente sensíveis, enquanto colegas homens permanecem associados às atividades consideradas centrais, táticas ou de maior prestígio institucional (Kurtz et al., 2012; Gasparini & DeWitt, 2023)

À luz da Psicologia Cultural Semiótica, esse fenômeno pode ser compreendido como a operação de signos culturais amplos e historicamente estabilizados que associam o feminino ao cuidado, à empatia e à proximidade emocional. Esses signos funcionam como hipergeneralizações culturais, isto é, significados normativos de largo alcance que orientam expectativas e práticas institucionais, independentemente das trajetórias individuais ou das preferências das próprias mulheres. Nesse processo, as instituições policiais canalizam as possibilidades de atuação das mulheres, direcionando suas experiências profissionais para determinadas posições simbólicas consideradas mais adequadas, ainda que menos valorizadas. Tal canalização não elimina a agência individual, mas restringe os caminhos reconhecidos como legítimos, regulando as trajetórias de desenvolvimento profissional e limitando o acesso das mulheres a experiências consideradas essenciais para progressão hierárquica e consolidação de autoridade.

A parentalidade sob risco, descrita em estudos como Agocs et al. (2015) e Granholm Valmari et al. (2023), evidencia como o trabalho policial reorganiza semioticamente a experiência de ser mãe. A hipervigilância, a avaliação constante de perigos, o monitoramento das rotinas dos filhos e a criação de regras preventivas derivadas da experiência cotidiana com violência e sofrimento apontam para uma

reconfiguração simbólica da parentalidade. Esses padrões revelam a transformação das práticas parentais a partir de signos oriundos do ambiente laboral, o que reafirma a ideia de que o desenvolvimento ocorre na intersecção entre contextos, sendo mediado por recursos simbólicos que transitam entre esferas da vida (Lopes de Oliveira, 2025; Zittoun & Gillespie, 2015). Assim, a maternidade policial não apenas coexiste com o trabalho de risco, mas é reorganizada por ele em formas que têm efeitos sobre subjetividade, afeto e organização cotidiana.

Todos esses elementos apontam para um cenário em que o desenvolvimento de mulheres policiais mães se dá por meio da negociação contínua entre vozes sociais e pessoais. As vozes institucionais que pedem disponibilidade total, as vozes culturais que demandam uma maternidade intensiva, as vozes íntimas que expressam cansaço, ambivalência ou desejo de estar mais presente, e as vozes profissionais que exigem desempenho e resiliência, coexistem em constante diálogo e conflito. A experiência de culpa, recorrente em muitas narrativas, não é um fenômeno individual, mas resultado direto desse confronto entre signos culturais que estabelecem expectativas incompatíveis. Nesse aspecto, o *self* se constitui nesse espaço de tensões, reorganizando significados para sustentar continuidade e agência em contextos marcados por fronteiras rígidas e demandas assimétricas (Marsico & Valsiner, 2018; Valsiner, 2014)

Em conjunto, os resultados da literatura, interpretados à luz da Psicologia Cultural Semiótica, indicam que a maternidade vivida em contextos policiais constitui um campo semiótico generificado e tensionado. Os significados culturais de gênero, as práticas institucionais e os signos que sustentam o ideal normativo de policial operam como forças de canalização cultural, orientando expectativas, regulando posições identitárias e produzindo assimetrias nas condições de possibilidade das trajetórias de desenvolvimento no interior da organização.

Nesse campo, as mulheres não apenas respondem a exigências externas, mas internalizam e reelaboram ativamente mensagens culturais que associam competência à negação do cuidado, maternidade à vulnerabilidade e pertencimento institucional à disponibilidade irrestrita. Ao mesmo tempo, por meio de processos de externalização, produzem estratégias, resistências e rearranjos cotidianos que tensionam, ainda que parcialmente, essas mesmas normas. A conciliação entre

maternidade e trabalho policial, portanto, não se reduz a uma questão de gestão do tempo ou de desenho de políticas formais, mas configura-se como um processo desenvolvimental complexo, no qual cultura, instituições, afetos e agência situada se articulam ao longo do curso da vida.

Compreender a maternidade em contexto do trabalho policial exige, assim, reconhecer seu caráter simultaneamente biográfico e cultural, individual e institucional, afetivo e estrutural. Trata-se de um espaço em que signos circulam, são reiterados, disputados e transformados no tempo irreversível do desenvolvimento, reorganizando as possibilidades de ação, pertencimento e futuro para mulheres que constroem suas trajetórias em uma instituição historicamente marcada por hierarquias de gênero.

4 Considerações finais

A análise realizada demonstra que a maternidade, quando situada no interior das organizações policiais, se transforma em um processo desenvolvimental atravessado por tensões institucionais, culturais e subjetivas que extrapolam em muito as demandas usuais do cuidado. Embora os contextos nacionais variem, os estudos convergem ao mostrar que as instituições policiais continuam estruturadas em torno de um modelo implícito de trabalhador ideal associado à masculinidade, à disponibilidade irrestrita e à ausência de vínculos de cuidado. Nesse cenário, a maternidade emerge como um marcador de diferença que reposiciona as mulheres dentro da organização, frequentemente produzindo rupturas em suas trajetórias profissionais e exigindo estratégias contínuas de negociação para legitimar sua presença e competência.

A partir da perspectiva da Psicologia Cultural, pode-se compreender que tais tensões não podem ser compreendidas como mero conflito entre esferas separadas, trabalho e família, mas como produções semióticas que regulam sentidos de pertencimento, reconhecimento e valor dentro da instituição. A maternidade, enquanto transição desenvolvimental, convoca reorganizações nos modos de estar no mundo, as quais são continuamente mediadas e orientadas por normas institucionais, práticas de gestão e expectativas culturalmente situadas. Desse modo, o sofrimento, a sobrecarga e o estresse relatados pelas mulheres policiais

não derivam apenas das exigências do cuidado ou da intensidade do trabalho policial, mas do encontro entre um evento desenvolvimental irrepetível e um ambiente institucional historicamente constituído para corpos e vidas masculinas.

Ao mesmo tempo, os estudos revisados mostram que as policiais mães não se limitam a ocupar passivamente as posições que lhes são oferecidas. Elas produzem modos inventivos de resistência, reformulam práticas de cuidado, articulam redes de apoio, demandam políticas mais equitativas e elaboram sentidos que lhes permitem sustentar a continuidade de suas trajetórias profissionais e familiares. Esses movimentos revelam que, embora a cultura policial reproduza modelos normativos de gênero, ela também é um campo de disputa simbólica no qual mulheres constroem alternativas, desafiam expectativas e ampliam os limites do possível dentro da instituição.

A escassez de estudos brasileiros sobre o tema destaca a necessidade urgente de investigações nacionais que considerem as particularidades do policiamento, as marcas da desigualdade de gênero e a diversidade das experiências maternas no país. Pesquisas qualitativas aprofundadas, articuladas a perspectivas críticas do desenvolvimento humano, podem contribuir para compreender como mulheres policiais significam a maternidade em contextos de risco, precariedade e elevada normatividade institucional, iluminando tanto os desafios quanto as potências de suas trajetórias.

Por fim, este estudo reforça que discutir maternidade na polícia não é apenas tratar de gestão de efetivo ou políticas de conciliação trabalho-família, mas compreender como instituições produzem e regulam significados de gênero que organizam as trajetórias de vida. Reconhecer a maternidade como processo culturalmente mediado e como experiência desenvolvimental complexa é fundamental para a construção de organizações policiais mais inclusivas, sensíveis às diferenças e capazes de sustentar condições de trabalho mais justas e humanas.

Referências

AÇAR, D.; DURAN, R. The trace of a profession on the family: Relational dynamics of women correctional officers. *Feminist Criminology*, 2025.

AGOCS, T.; LANGAN, D.; SANDERS, C. B. Police mothers at home: Police work and danger-protection parenting practices. *Gender & Society*, v. 29, n. 2, p. 265–289, 2015.

ALBERT, I.; ABBEY, E.; VALSINER, J. (ed.). *Cultural psychology of transgenerational family relations: Investigating ambivalences*. Charlotte: Information Age Publishers, 2018.

ALEXANDER, J.; CHARMAN, S. Parallel lines? The homogeneous and gendered career patterns of senior leaders in policing in England and Wales. *Police Practice and Research*, v. 25, n. 3, p. 286–307, 2024.

BAILEY, L.; BIRDSALL, N.; HULLEY, J.; KINGSTON, S. The 'police progression paradox'? Why are women under-represented across the middle ranks of the police? *Policing and Society*, v. 35, n. 10, p. 1294–1315, 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão & Sociedade*, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.

BORGES, A. P. V. Nasce uma mãe: Uma visão semiótica e sistêmica sobre a transição para a maternidade. In: BASTOS, A. C. S.; PONTES, V. V. (Org.). *Nascer não é igual para todas as pessoas*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 39–52.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Thematic analysis: A practical guide*. Sage, 2021.

CAVALCANTE, C. C. S.; REIS NETTO, R. M.; LIMA, V. L. A.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. Desafios da maternidade para profissionais de segurança pública: Uma análise de produções científicas. *Revista Aracê*, v. 7, n. 12, p. 1–19, 2025.

DETALLA, F. I. S.; LAÑAS, J. M.; LLAGAS, K. T.; CUEVAS, J. F., Jr.; ALVARICO, A. B. Lived experiences of women police officers: A qualitative study. *Mediterranean Journal of Basic and Applied Sciences*, v. 8, n. 3, p. 182–200, 2024.

DONOSO BOLAÑO, J. D. Madres en período de gestación y lactancia, y su relación con el servicio policial en Colombia. *Revista Logos Ciencia & Tecnología*, v. 15, n. 1, p. 19–32, 2023.

ELDER, G. H., Jr. The life course as developmental theory. *Child Development*, v. 69, n. 1, p. 1–12, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Raio-X das Forças de Segurança Pública do Brasil*. São Paulo: FBSP, 2024.

GASPARINI, J. M.; DEWITT, A. L. 'We're always handed the children': Women finding belonging in policing. *Research Square*, preprint, 2023.

GRANHOLM VALMARI, E.; NYGREN, U.; GHAZINOUR, M.; GILENSTAM, K. How police officers juggle work, a life partner, and kids. *Frontiers in Psychology*, v. 14, 2023.

KURTZ, D. L. Roll call and the second shift: The influence of gender and family on police stress. *Police Practice and Research*, v. 13, n. 2, p. 71–86, 2011.

KURTZ, D. L.; LINNEMANN, T.; WILLIAMS, L. S. Reinventing the matron: The continued importance of gendered images and division of labor in modern policing. *Women & Criminal Justice*, v. 22, n. 3, p. 239–263, 2012.

- LANGAN, D.; SANDERS, C. B.; GOUWELOOS, J. Policing women's bodies: Pregnancy, embodiment, and gender relations in Canadian police work. *Feminist Criminology*, v. 14, n. 4, p. 466–487, 2019.
- LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Psicologia Cultural Semiótica: Aportes para a Abordagem Científica do Desenvolvimento Humano na contemporaneidade. In: MADUREIRA, A. F. do A.; BIZERRIL, J. (Org.). *Psicologia & Cultura: Teoria, Pesquisa e Prática Profissional*. São Paulo: Cortez, 2021. p. 61–89.
- MARSICO, G.; VALSINER, J. *Educational contexts and borders through a cultural lens*. Springer, 2018.
- NEWTON, K.; HUPPATZ, K. Policewomen's perceptions of gender equity policies and initiatives in Australia. *Feminist Criminology*, v. 15, n. 5, p. 593–610, 2020.
- PONTES, V. V.; MATTOS, E.; BASTOS, A. C. S. O nascer à luz da Psicologia Cultural Semiótica. In: BASTOS, A. C. S.; PONTES, V. V. (Org.). *Nascer não é igual para todas as pessoas*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 21–34.
- RABICHUK, S. B.; WILLIAMSON, L.; FRANKEL, S. Stress experiences of women in policing: A scoping review. *International Journal of Police Science & Management*, v. 27, n. 1, p. 63–77, 2025.
- ROCHA, A.; ESPÍRITO SANTO, P.; FERREIRA, A. P. Constrains in the articulation between profession, family, and personal life: A case study of the Portuguese police (PSP). *Frontiers in Sociology*, v. 9, 2024.
- ROSA, A.; VALSINER, J. From dynamic construction of the self to semiotic construction of the cultural self. In: VALSINER, J. (Ed.). *Handbook of Cultural Psychology*. 2nd ed. Guilford Press, 2018. p. 139–159.
- SOUSA, B.; MENDES, G.; GONÇALVES, T.; OLIVEIRA, C.; FIGUEIREDO, M. J.; COSTA, P.; MAIA, Â. Bringing a uniform home: A qualitative study on police officer's work–family balance perspective. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 38, n. 4, p. 1025–1043, 2023.
- TENA, O. Strategies to reconcile domestic and paid work duties in Mexican police women: A stepping stone to gender equality? *Acta Colombiana de Psicología*, v. 16, n. 2, p. 81–91, 2013.
- VALSINER, J. *An invitation to cultural psychology*. Sage, 2014.
- VALSINER, J. *Culture in minds and societies: Foundations of cultural psychology*. Sage, 2007.
- VALSINER, J. A insustentável beleza da maternidade. In: BASTOS, A. C. S.; PONTES, V. V. (Org.). *Nascer não é igual para todas as pessoas*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 17–19.
- WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: Updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

ZITTOUN, T. *Transitions: Development through symbolic resources*. InfoAge Publishing, 2006.

ZITTOUN, T.; GILLESPIE, A. Integrating experiences: Body and mind moving between contexts. In: WAGONER, B. et al. (Eds.). *Integrating experiences*. InfoAge, 2015. p. 3–43.

Recebido em Junho de 2026.

Aprovado em Julho 2026.